



# PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO VIII — N.º 80 — SÃO PAULO, FEVEREIRO DE 1964 — Redação: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191 S/2 — CAIXA POSTAL N.º 4.469

## Na II Conferencia da F.P.L.N.

# CRIADA A JUNTA REVOLUCIONARIA PORTUGUESA



General Humberto Delgado, Presidente da Junta Revolucionária Portuguesa

Publicamos abaixo a íntegra das Resoluções aprovadas pela II Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional, realizada algures na Europa, no mês findo:

"Em janeiro de 1964, realizou-se uma nova Conferência das Forças Anti-Fascistas Portuguesas, no âmbito da Frente Patriótica de Libertação Nacional, criada na Conferência de Dezembro de 1962.

A Conferência, que foi um testemunho de unidade das diversas correntes da Oposição concordou unanimemente na necessidade de manter, reforçar e alargar a unidade e a organização das forças democráticas portuguesas e intensificar a luta popular com vistas a apressar o processo revolucionário conducente ao movimento insurreccional que derrubará a ditadura fascista e instaurará uma ordem democrática em Portugal.

### I OBJETIVOS POLITICOS

1. A Conferência reafirmou ser objetivo da Frente Patriótica o derrubamento da ditadura fascista, e a subida ao poder de um Governo Provisório, que instaure as liberdades democráticas, nomeadamente de livre expressão do pensamento e de constituição de partidos políticos, e convoque a curto prazo eleições livres para uma Assembleia Constituinte.
2. A Conferência verificou serem objetivos comuns de todas as forças representadas, entre outros, os seguintes:
  - destruição da máquina de Estado fascista e construção de um Estado Democrático;
  - a transformação de Portugal num país de indústria avançada e nacional;
  - a reforma da estrutura agrária;
  - o aproveitamento das riquezas

nacionais em benefício das mais vastas camadas da população;

- o não reconhecimento dos empréstimos externos, quando aplicados em investimentos não reprodutivos, nomeadamente os contraídos para conduzir as guerras coloniais;
  - a projeção dos interesses económicos e sociais das classes trabalhadoras e das classes médias;
  - ampla política democrática de assistência médica e de seguros sociais;
  - a extinção do analfabetismo e a difusão e democratização da cultura;
  - uma política externa de cooperação com todos os povos e de não alinhamento em blocos;
  - o reconhecimento do direito à autodeterminação e à independência dos povos das colónias portuguesas.
3. Todos os participantes mos-

traram o seu propósito, não só de fortalecerem a unidade de combate para o derrubamento da ditadura, como de continuarem unidos na construção do Portugal democrático de amanhã.

### II PROBLEMA COLONIAL

4. Reafirmando o reconhecimento do direito dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação e à independência, a Conferência mais uma vez realçou que o combate contra a política colonialista de Salazar é hoje um dos aspectos centrais de luta contra o governo fascista.

5. A Conferência salientou a importância da propaganda e agitação anti-colonialista, das ações de resistência de militares contra as guerras coloniais, das lutas contra as incidências económicas da política colonialista de Salazar, tais como a maior exploração dos trabalhadores, o agravamento do custo de vida, o aumento dos impostos e o recurso ao capital estrangeiro numa escala e por formas e com objetivos, que atingem gravemente a independência do País.

6. Considerando que os povos das colónias portuguesas e o povo português são solidários e aliados naturais na luta contra a ditadura fascista de Salazar, a Conferência concluiu pela necessidade de mais estreitos contactos, cooperação entre

a FPLN e os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas.

### III FORMAS DE LUTA

7. A Conferência analisou a situação existente no País, a recusa do governo de Salazar em abrir quaisquer possibilidades de solução pacífica do problema político português, a sistemática repressão violenta de quaisquer reivindicações do movimento de Oposição, e concluiu que só por uma ação insurreccional em que participem massas populares e setores revolucionários das forças armadas poderá ser derrubada a ditadura e instaurado em Portugal um regime democrático.

8. A Conferência considerou a necessidade, para a preparação no mais curto prazo das condições insurreccionais, de impulsionar as lutas populares contra a política fascista e em defesa dos interesses vitais imediatos da população portuguesa, especialmente aquelas ações susceptíveis de desenvolvimento para formas superiores de luta. Tais lutas não só são indispensáveis para fazer frente à trágica situação económica, à repressão, ao obscurantismo, que atingem largas camadas da população como são uma escola para a radicalização política do povo português, o desenvolvimento do seu espírito combativo e a revelação de quadros do movimento anti-fascista.

9. A Conferência concluiu que devem continuar a ser aproveitadas as possibilidades embora reduzidas, de atuação legal e semi-legal nos terrenos político, cultural, associativo e reivindicativo, e se devem fazer esforços para a criação de novas possibilidades desse tipo.

10. A Conferência decidiu melhorar e intensificar a propaganda da FPLN no Interior do País, designadamente pelo aperfeiçoamento do trabalho da sua emissora "Voz da Liberdade" e pela multiplicidade e maior difusão da imprensa da FPLN.

11. A Conferência considerou que têm um papel positivo no desenvolvimento do movimento popular e revolucionário, ações de tipo especial, incluindo ações violentas, de agitação, auto-defesa, do enfraquecimento da máquina militar da guerra colonial e outras ações ofensivas, desde que realizadas com objetivos políticos convenientemente estudados.

12. A Conferência entendeu estarem criadas condições para uma nova fase da ação da FPLN no plano internacional, multiplicando as suas relações e atividades internacionais. Têm particular importância para a luta do povo português as campanhas de solidariedade internacional e as diversas formas de auxílio no campo diplomático.

### IV ORGANIZAÇÃO

13. A Conferência reafirmou que o alargamento e esforço da organização anti-fascista no Interior é essencial para o desenvolvimento da luta popular e da ação revolucionária.

14. Considerou necessário prosseguir o esforço para a organização das Juntas de Ação Patriótica e para a sua unificação orgânica à escala local, regional e nacional, aprovando as iniciativas que possam ser tomadas tanto para a constituição de organismos diretivos a partir de acordos entre as forças políticas da Oposição como a partir da escolha e enlace das JAP.

15. Para a realização das ações (Continua na pág. 2)

# UM PASSO EM FRENTE

Algures na Europa realizou-se, em Janeiro findo, a II Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional. Ao chamarmos a atenção dos nossos leitores para as Resoluções nela tomadas pelos representantes das forças anti-fascistas portuguesas, queremos, antes de mais, salientar que a simples realização da Conferência representou em si uma imensa vitória a assinalar os progressos registrados na luta pela derrubada do fascismo.

A UNIDADE forjada no combate cotidiano assume formas cada vez mais actuautes e situa-se hoje em nível superior como o demonstra o facto de ter sido possível, pela primeira vez, chegar-se a um enunciado de objectivos políticos comuns às mais importantes correntes representadas no seio da Oposição — incluindo católicos, comunistas e socialistas — enunciado que é quase o esboço de uma plataforma para uma futura e real democratização de Portugal.

Não cabe neste breve comentário a apreciação e análise das importantes decisões tomadas, cuja justificação é feita, aliás, em documento que publicamos na ultima página, elaborado pela própria Conferência da FPLN. Nenhuma duvida resta, entretanto, de que estamos colhendo os primeiros frutos do trabalho realizado no sentido de

eleva a UNIDADE e a ORGANIZAÇÃO a um nível superior. Deu-se um grande passo em frente. Se novas perspectivas se abrem à preparação das condições insurreccionais, se a cooperação entre a FPLN e os movimentos nacionalistas das colónias vai entrar em nova fase, assumindo formas mais práticas, se o desenvolvimento da luta popular e da acção revolucionária em geral tem agora a servi-lo, no plano interno e no plano externo, novos instrumentos de propaganda e acção, isso se deve, não podemos esquecer-lo, à serenidade, à firmeza e à lucidez com que as forças anti-fascistas se dedicaram em 1963 à tarefa fundamental de reforçar a sua unidade, forjando as bases de uma orgânica funcional, capaz de se adaptar às peculiaridades e necessidades da luta. Somos contra o optimismo imoderado. Mas entendemos que a direcção e a coordenação geral das complexas tarefas a realizar se verão doravante muito facilitadas tanto pela existência da Conferência permanente da FPLN como órgão de cúpula do movimento unitário, como pela sua decisão de criar a Junta Revolucionária, cujas funções instrumentais serão de grande relevância para conduzir no estrangeiro em ligação com o interior "a acção política, diplomática, de organização, de propaganda e financeira da FPLN".

PORTUGAL DEMOCRATICO



# Reflexões Sobre a Unidade

III  
J. LOPES MENDES

A unidade anti-salazarista tem de cingir-se às peculiaridades nacionais. No marco da mais rigorosa clandestinidade a luta em Portugal trava-se e desenvolve-se orfã de uma base sindical independente e sem a participação de fortes partidos opositores organizados. Com a exceção do P.C.P., como é sabido. Tal circunstância obriga-nos a uma breve análise.

O PCP constitui a única força política estável organizada nacionalmente. Foi também a única capaz de resistir e sobreviver à avalanche demolidora do fascismo. Não foi destruída por este, mas cresceu em número e profundidade precisamente através do longo reinado da ditadura. Minúsculo agrupamento político de formação recente (o 1.º Congresso do PCP coincidiu com a eclosão e vitória do Golpe de Estado que desembocaria no fascismo) coube-lhe desempenhar a honrosa missão de erigir-se por si mesmo, sem a ajuda de ninguém, na força propulsora e motriz da resistência popular anti-salazarista. Todas as grandes lutas desencadeadas nestes últimos 30 anos levam o selo distintivo e inconfundível da sua ação combatente e ficarão para sempre vinculadas à História do Portugal moderno.

Pode dizer-se sem exagero que durante muito tempo, o monstruoso e potente aparelho repressivo da ditadura existiu em função da caça aos comunistas e à liquidação do seu partido. Os resultados não poderiam ser no entanto mais adversos para os mentores. De um modesto destacamento de choque que era quando Salazar subiu ao poder, saiu um poderoso e aguerido exército que tem atacado incessantemente a fortaleza fascista e infligido sérios golpes ao inimigo.

Revolucionários resolutos, armados de uma inquebrantável decisão militante e de uma ideologia luminosa e subjugante que a clandestinidade, perseguição e martírio elevaram a extremos heróicos, os comunistas portugueses tanto pela sua origem de classe e gravitação nacional como pela interligação da luta anti-fascista que se trava e trava no âmbito mundial, conquistaram a auréola, merecida, derixotes e arautos de Resistência, da redenção nacional democrática.

Das causas que, desde vários pontos, influíram grandemente para a crescente receptividade da sua pré-dica e do seu desenvolvimento orgânico, podemos citar (à parte dos esforços e méritos próprios), duas, entre muitas. Uma, a notória incapacidade que tiveram os partidos de extração burguesa e liberal em se reconstruir nas duras condições da ilegalidade e capitalizar o descontentamento das massas; outra, as debilidades idealistas e o apoliticismo ingénuo e paralísante dos diversos grupos anarquistas, outrora influentes nos meios operários e sindicais mas praticamente inoperantes e anódinos depois do 18 de janeiro e, portanto, incapazes, também, de reconquistar as velhas posições perdidas.

O atrofamento e a inércia a que o apoliticismo e economismo gremial dos anarco-sindicalistas condenavam fatalmente o movimento operário, por um lado, e o descrédito do improficuo e sempiterno "amanhã" do revirinho, por outro, criaram as condições políticas e psicológicas que transformariam a antiga e romantica célula marxista do Arsenal de Marinha, no intrépido e vertebrado escol de Bento Gonçalves e no vigoroso partido de massas que é hoje, sob a esclarecida direção do Dr. Alvaro Cunhal, o PCP.

Os termos da equação imposta pela realidade expressam-se, pois, da seguinte forma: impossibilidade de obter a unidade anti-salazarista sem a participação do PCP, por uma parte, e por outra, a atomização, imprecisão e versatilidade forçadas dos restantes elementos físicos da unidade.

No entanto, apesar das limitações e exigências ditadas pela vida, é hoje muito mais fácil para os anti-salazaristas batalhar para conseguir a unidade de ação que há 10 ou 15 anos atrás, não sómente pela maturidade do movimento opositorista e da crise do regime mas também porque o crisol e processo da luta colocaram em evidência correntes, grupos e personalida-

des antes ocultos ou inadvertidos, que, sem dúvida, representam as forças contrárias e opostas à ditadura e substituem potencialmente os partidos políticos organizados.

Para melhor, há outros partidos que se reorganizam com base em comités existentes e tudo indica que se estão esforçando por criar um aparelho organico permanente — o Partido Republicano, o Partido Socialista, etc. etc.

Temos portanto desbravado o caminho que se iniciou com os balbucios unitários de 38/40 e depois através do MUD. O Movimento de Unidade Democrática configurou o mais notável esforço unitário logrado no passado recente e uma importante conquista e etapa do movimento opositorista português. Debaxo dos auspícios deste vigoroso movimento unitário levaram-se a efeito grandiosas ações de massas, comícios majestosos, que, nos períodos eleitorais, conglomelaram centenas de milhares de manifestantes e comoveram e estremeceram o País de Norte a Sul. Surgiram no decorrer destas brilhantes jornadas, forças novas, e elementos de destaque que ainda hoje brilham e gravitam no cenário da Oposição democrática. É possível que o malogro de tão portentoso intento unitário tenha obedecido à retração e metamorfose das causas objetivas que o impulsionaram, mas é também foi devido às deficiências, negligências e erros dos diversos grupos que nele participaram.

Entre outros vários fatores as consequências e virulencia da "guerra fria" dificultaram e obstaram enormemente as relações unitárias após a fratura do MUD, facto que não impediu entretanto que se tentasse restabelece-las mais tarde, reorganizando o MUD sob uma nova cobertura que desgrazadamente não prosperou. O Movimento Nacional Democrático teve realmente uma efémera existência, já que em 1951 não pôde evitar sequer que a Oposição se apresentasse dividida às novas eleições para a Presidência da República, postulando candidaturas por separado — a de Quintão Meireles e a do prof. Rui Luís Gomes.

Em 1958, porém, devido aos esforços persistentes das forças mais radicalizadas e esclarecidas, o caminho da Unidade foi aberto de novo. Como resultado disso, nas eleições para a Presidência que se iam realizar então, o Dr. Arlindo Vicente declinou voluntariamente da sua candidatura em favor do General Humberto Delgado, numa atitude de nobreza cívica, de espírito unitário e de fino tato político. Esta compreensão e lucidez política teve o desenlace previsível. Multidões eufóricas se uniram nas ruas, no campo e na cidade. O fervor cívico subiu a um grau incrível nas condições do fascismo, e em Lisboa e no Porto, verdadeiras muralhas humanas aclamaram o General Delgado enfrentando valorosamente as forças armadas.

Ora é percorrendo este itinerário e processo que se estabelecem e definem as coordenadas autênticas da Unidade, os elementos constitutivos da unidade, os laços e os elos físicos e dinâmicos da unidade. Este é o trilho que devemos seguir, se queremos andar e para ele não precisamos muletas emprestadas ou sofismas teóricos. As linhas estão estendidas. Um forte partido com quadros e recursos materiais de importância; núcleos e personalidades influentes e de prestígio nacional e internacional que representem as diversas correntes da Oposição que, por sua vez, representem o sentir do povo das camadas do povo interessadas no câmbio do regime.

Entretanto cometeríamos um profundo erro se equacionássemos a Unidade tendo em conta apenas os elementos representativos, que se movem na cupula da Oposição democrática. A unidade não pode ser acéfala mas muito menos desprovida dos membros vitais — de tronco, pés e braços. Por isso não convém tirar ilações simplistas deste esquema lógico improvisado e provisório. A realidade é outra coisa, a unidade também. Esta, para ser tal, tem que se estruturar vivamente da base ao cume, do cume à base numa perfeita simbiose. A falta de partidos, entendimento e compromissos com grupos e elementos representativos existentes e conhecidos; mas, por debaixo, afiançada e estruturada orgânicamente sob e sobre os extratos sociais que lhe servem de fundamen-

to, já anteriormente descritos. Estes podem ser tipificados e classificados deste modo. Como coluna vertebral e vanguarda da frente nacional democrática, a classe operária e alguns elementos avançados; a aliança operário-camponesa, como tronco e na periferia, como tentáculos aglutinantes, as camadas médias da população e os setores progressistas da burguesia nacional. Como reserva natural e fator coadjuvante, deve considerar-se o movimento de libertação dos povos coloniais com os quais a Frente Democrática poderá e deverá entabular contatos e relações cordiais permanentes.

Na época atual o corpo e as células do organismo unitário são as Juntas Patrióticas. A cabeça e a cúspide, a Junta Patriótica Central e a Conferencia da Frente Patriótica de Libertação Nacional.

## II Conferencia da F.P.L.N.

(Continuação da 1.ª pág.)  
de tipo especial referidas anteriormente, são de criar organismos adequados sob a direção da FPLN.  
16. A Conferencia entendeu serem de estimular a coordenação de atividades, formas de articulação das JAP com agrupamentos políticos e personalidades democráticas não integradas na FPLN.

### V DIREÇÃO

17. A Conferencia reafirmou a necessidade de uma regular e eficiente atuação no Interior do País de um organismo de direção central.

18. Resolveu-se que a Conferencia da FPLN, composta por democratas, que se encontram tanto no Interior como no Exterior do País, passe a ser o órgão do movimento unitário, que deliberará a respeito de todas as questões concernentes à direção do movimento.

19. A Conferencia decidiu criar, sob a presidência do General Humberto Delgado, um organismo executivo da FPLN, intitulado Junta Revolucionária Portuguesa, que, em ligação com o Interior do País, conduzirá no estrangeiro a ação política, diplomática, de organização, de propaganda e financeira da FPLN.

20. Serão envidados esforços para a constituição como órgão executivo militar da JRP, que funcionará adstrito a esta, do comando operacional, sob a presidência do respectivo presidente e constituído por mais dois ou três membros daquela a título permanente.

A título eventual ou permanente, pode o comando operacional ser reforçado com pessoal político ou técnico necessário à preparação, execução das missões especialmente para ligações de tipo secreto.

### VI NUCLEOS DE EMIGRAÇÃO

21. A Conferencia considerou que a atividade anti-fascista dos núcleos de emigração deve ter em conta as condições nos diversos países e que a iniciativa e direção dessa coletividade devem caber, no fundamental, aos organismos neles existentes.

22. A Junta Revolucionária Portuguesa envidará os seus esforços para estimular ou promover a unidade das diversas organizações democráticas portuguesas existentes no mesmo país e facilitará na medida do possível a coordenação do trabalho das mesmas, especialmente no setor da imprensa e propaganda.



# Solidariedade aos Intelectuais

Publicamos acima o clichê da página dedicada pelo Suplemento Literário de "O Estado de S. Paulo", de 28 de Dezembro do ano findo, aos escritores portugueses então detidos pela PIDE. Para essa sua homenagem à "intelligentia" portuguesa perseguida pelo fascismo, escolheu o importante jornal paulista textos de quatro escritores: Alves Redol, Urbano Tavares Rodrigues, Alberto Ferreira e Alexandre Cabral. O êxito da iniciativa excedeu toda a expectativa, constituindo-se no tema da semana nos meios intelectuais de São Paulo.

Hoje, que esses quatro escritores, bem representativos da cultura portuguesa, foram restituídos à liberdade, mercê da campanha de protestos, interna e externa, "Portugal Democrático" pode informar que a quantia de 20.000 cruzeiros, correspondente ao pagamento dos textos publicados, será, juntamente com as verbas obtidas na subscrição do Natal do Preso Político, remetida às vítimas da PIDE, encerradas nos calabouços salazaristas.

## "A VOZ DA LIBERDADE"

Emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional

Todos os Sábados:

20,15 — Hora do Brasil

0,15 — Hora de Portugal

Em ondas médias na faixa dos 320 metros

Em ondas curtas na faixa dos 25 metros

# Partidários da Paz contra a repressão

MEMBROS DO CONSELHO MUNDIAL DA PAZ PROTESTAM NA ONU CONTRA A REPRESSÃO

Durante a recente reunião em Varsóvia do Conselho Mundial da Paz eminentes personalidades que integram aquele organismo, algumas das quais mundialmente conhecidas e respeitadas, como os escritores Ilya Ehrenbourg, Wanda Wasilewska e Alvaro Lins, decidiram enviar à Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas um energico protesto contra a repressão em Portugal. Eis a íntegra do documento:

"Tendo sabido que a perseguição dos partidários da Paz, continua a processar-se ininterruptamente em Portugal e que é ainda acrescida de pena de morte para os soldados que se recusam a combater, apesar do governo português negar que está em guerra, levamos estes fatos ao conhecimento da Comissão e chamamos também a vossa atenção para o fato de que em Portugal há prisioneiros nomeadamente Manuel Rodrigues da Silva, que continua na prisão embora tenha já cumprido a sua pena.

Contra este estado de coisas elevamos o nosso protesto veemente e pedimos a tomada de medidas energicas.

Mineova Hikmet, Turquia, viuva do poeta Nazim Hikmet; Anton Strand, Suécia, secretário do Comitê da Paz; Gertrude Woker, Suíça, professor universitário; Vélío Spano, Itália, senador; Renzo Bonnazzi, Itália, advogado, prefeito de Reggio Emilia; Joyce Lussu, Itália, escritor; Rodolfo Mechini, presidente da FMDJ; Augusto Frassinetti, Itália, escritor; Sergio Segre, Itália, jornalista; Alvaro Lins, Brasil, embaixador; Rubens Paiva, Brasil, deputado federal; Cunha Luis, Brasil, dep. federal; Valério Konder, Brasil, deputado, médico; Carlos Ronchetti, Brasil, industrial; Isabelle Bluse, Bélgica, historiador, ex-deputado; Wanda Wasilewska, URSS, escritor; Ilya Ehrenbourg, URSS, escritor; Eckhoff Lorenz, Noruega, professor da Universidade de Oslo; Ole Vedeler, Noruega, advogado; Margreth Holmetakk, Noruega, presidente do Conselho de Mulheres; Haonari Solliah, Argentina, deputado; e Vera Cunha, Brasil.



# Nolas e comentarios

## A libertação de Manuel Rodrigues da Silva

A libertação de Manuel Rodrigues da Silva — o mais antigo preso político vítima do fascismo salazarista — em Dezembro, constituiu uma grande, uma extraordinária vitória do povo português na sua luta contra o regime que o oprime há 37 anos. Ninguém ignora que foi a pressão insistente e conjugada dos democratas portugueses e o formidável movimento internacional de solidariedade ao heróico dirigente operário que levaram o fascismo a ceder, libertando Manuel Rodrigues da Silva, depois de o haver mantido encarcerado durante 23 anos nas masmorras da PIDE.

"Portugal Democrático" em cujas colunas o nome do grande patriota foi sempre recordado, número após número, dera em sua última edição uma ampla cobertura à campanha mundial desencadeada em favor da libertação de Manuel Rodrigues da Silva. Transcreveramos então, nomeadamente alguns dos muitos protestos divulgados por centrais sindicais europeias, asiáticas e latino-americanas na sequência do apelo endereçado aos seus filiados pela Federação Sindical Mundial. Posteriormente, outros se lhes seguiram, entre os quais os do Movimento Sindicalista Democrático Grego, da Federação dos Sindicatos da China, do Conselho Geral do All India Trade Union Congress, do Conselho Geral dos Sindicatos do Japão, do Conselho Geral dos Sindicatos Checoslovacos, do Conselho Central do Sindicato dos Trabalhadores Siderúrgicos da Polónia, etc.

Nesta hora de jubilo para a classe operária portuguesa em que, após 23 anos de sofrimentos e torturas, conquista a liberdade um dos seus filhos cuja luta de 23 anos simboliza o heroísmo e o espírito de combate do nosso povo, "Portugal Democrático" saúda comovidamente Manuel Rodrigues da Silva, levando-lhe todo o carinho e admiração dos democratas portugueses da América.

P. D.

## Salazar e o Brasil

O fascismo português encontra-se presentemente empenhado numa grande campanha de propaganda no Brasil. É uma ofensiva sistemática que abrange os mais variados sectores e recorre a todos os meios para atingir os seus objectivos. A grandeza desse esforço tem, aliás, surpreendido muitos democratas, propensos a considerar como perdidos os milhões de escudos esbanjados no tremendo alarde publicitário de teses que, ninguém o ignora, merecem o repúdio da esmagadora maioria da opinião pública brasileira. Scia, entretanto, um erro minimizar a importância e o significado da manobra salazarista. Combatê-la e denunciá-la é precisamente uma tarefa a que nenhum democrata emigrado aqui residente deve recusar o seu concurso. Todos sabemos quem são e o que valem os elementos que se dispõem a aceitar os favores de Salazar e que, em troca do ouro, das honrarias e dos passelos oferecidos pelo fascismo se prontificam a defender o regime português e as suas criminosas teses colonialistas. No Brasil, fazemos uma triste figura. Mas em Portugal há quem se iluda com a representatividade e a influência dessa gente. Até porque, reflectindo a radicalização da direita brasileira, alguns dos principais jornais do Rio de Janeiro são hoje mais permeáveis à propaganda da colónia salazarista, identificada com eles no tocante à situação interna. É esse mais um motivo para que os democratas emigrados não se pou-

publicasse largos extratos de uma conferência sobre Moçambique que proferira na sede da União Brasileira de Escritores, conferência que revelava bem a sua completa indigência cultural e mental. Verdadeiro amontoado de lugares comuns e de "slogans" em uso nas publicações do Secretariado Nacional de Informação e da Agência Geral do Ultramar, a arenga do sr. Bermudes radicou em nós a convicção de que não valia a pena registrar sequer a sua passagem pelo Brasil. Se de qualquer modo os organismos democraticos portugueses denunciasses as suas actividades de caixeiro-viajante do colonialismo, a sua presença em São Paulo acabaria por ser notada e, fundamentalmente, era o que pretendia, a fim de, no regresso a Lourenço Marques, poder cobrar mais caro ao governo geral os serviços prestados. Ora, a verdade é que ninguém deu pelo sujeito, a não ser as autoridades que lhe conseguiram a sala para a conferência e os colonialistas portugueses que o receberam. A melhor prova da nula receptividade que teve como "intelectual" temo-la no fato de nem um só escritor brasileiro digno desse nome, nenhuma figura com um mínimo de expressão no meio cultural paulista ter acompanhado na UBE para ouvir a sua palestra. Daí o silêncio dos democratas responsáveis.

Se hoje o quebramos é porque o envergamento, ao voltar a Lourenço Marques, em carta aberta dirigida ao ilustre poeta José Craveirinha e publicada no jornal "Notícias", teve a ousadia de afirmar que foi prestigiado pela Oposição Democrática portuguesa durante a sua estada em São Paulo. Sabíamos já na altura que a sua vinda ao Brasil fora generosamente subsidiada pelo governo geral de Moçambique, pelo governo de Manica e Sofala e pela Câmara Municipal da Beira. O que não sabíamos era que o descaro do aventureiro fosse tão grande. É fato que "um punhado de oposicionistas portugueses" o foi ouvir. Essa é talvez mesmo a única afirmação verdadeira contida na sua carta. Simplesmente, compareceram em missão de vigilância. E a indignação desses oposicionistas foi de tal ordem que no final da palestra o interromperam, protestando em termos veementemente contra o endosso entusiástico das teses colonialistas a que se entregara e contra a visão paradisíaca do "Moçambique Português" apresentada. Estava, por sinal, presente, à falta de escritores brasileiros, um democrata português que além de conhecedor profundo das colónias é um escritor eminente — o comandante João Sarmiento Pimentel. E tal feição as coisas assumiram, no choque entre os poucos oposicionistas e a coorte salazarista que o comandante Pimentel, apercebendo-se de que não havia lugar para debates com a gentalha mobilizada pelo consulado para aplaudir o sr. Bermudes, esqueceu a idade e teve de dar uns safanões num agente provocador mais insolente que, na balburdia, lhe faltou ao respeito. Foi portanto, no meio de algazarra que se encerrou a Conferência do plumitivo em causa. Quanto ao mais, desafiámos o aventureiro fascista Bermudes a publicar os nomes dos sol-diantes elementos da oposição democratica que prestigiam a sua estada em São Paulo. Devem ter tanto de democratas e de oposicionistas como têm de escritores e de brasileiros os comandadores e agentes da PIDE enviados pelo consulado à UBE para ouvir o sr. Bermudes debitar as teses salazaristas sobre Moçambique.

Só mais tarde se apercebem de que esse Brasil dos primeiros contactos é anacrónico e artificial, sendo precisamente a antítese do Brasil que se forja no dia a dia inquieto, revolucionário. Mas, quase sempre, esse abrir de olhos chega tarde, quando já foram envolvidos nas sessões de propaganda colonialista, nas mil e uma iniciativas que Lisboa concebe para atingir objetivos políticos precisos. Melhor fariam esses universitários investidos em missões de "aproximação cultural" regressando às respectivas cátedras enquanto estão em Portugal que representam CULTURA nada têm a fazer. Nem a cúpula fascista da colónia os deixaria agir. Ou não fosse ela incompatível com a "intelligentia" brasileira, com a mocidade estudantil, com os operários e camponeses, com quantos neste grande país constroem o futuro.

M. U. R.

## Desmascarando um agente do fascismo

Recentemente passou pelo Brasil um tal Nuno Bermudes que, dizendo-se jornalista, desenvolveu durante as semanas em que aqui permaneceu intensa atividade na propaganda das teses colonialistas do governo fascista de Lisboa, sempre coadjuvado pelas autoridades diplomáticas e consulares salazaristas. De intelectual e escritor nada tinha o desconhecido plumitivo, como ficou, aliás, provado quando o homem, por processos que desconhecemos, conseguiu que um jornal

publicasse largos extratos de uma conferência sobre Moçambique que proferira na sede da União Brasileira de Escritores, conferência que revelava bem a sua completa indigência cultural e mental. Verdadeiro amontoado de lugares comuns e de "slogans" em uso nas publicações do Secretariado Nacional de Informação e da Agência Geral do Ultramar, a arenga do sr. Bermudes radicou em nós a convicção de que não valia a pena registrar sequer a sua passagem pelo Brasil. Se de qualquer modo os organismos democraticos portugueses denunciasses as suas actividades de caixeiro-viajante do colonialismo, a sua presença em São Paulo acabaria por ser notada e, fundamentalmente, era o que pretendia, a fim de, no regresso a Lourenço Marques, poder cobrar mais caro ao governo geral os serviços prestados. Ora, a verdade é que ninguém deu pelo sujeito, a não ser as autoridades que lhe conseguiram a sala para a conferência e os colonialistas portugueses que o receberam. A melhor prova da nula receptividade que teve como "intelectual" temo-la no fato de nem um só escritor brasileiro digno desse nome, nenhuma figura com um mínimo de expressão no meio cultural paulista ter acompanhado na UBE para ouvir a sua palestra. Daí o silêncio dos democratas responsáveis.

Se hoje o quebramos é porque o envergamento, ao voltar a Lourenço Marques, em carta aberta dirigida ao ilustre poeta José Craveirinha e publicada no jornal "Notícias", teve a ousadia de afirmar que foi prestigiado pela Oposição Democrática portuguesa durante a sua estada em São Paulo. Sabíamos já na altura que a sua vinda ao Brasil fora generosamente subsidiada pelo governo geral de Moçambique, pelo governo de Manica e Sofala e pela Câmara Municipal da Beira. O que não sabíamos era que o descaro do aventureiro fosse tão grande. É fato que "um punhado de oposicionistas portugueses" o foi ouvir. Essa é talvez mesmo a única afirmação verdadeira contida na sua carta. Simplesmente, compareceram em missão de vigilância. E a indignação desses oposicionistas foi de tal ordem que no final da palestra o interromperam, protestando em termos veementemente contra o endosso entusiástico das teses colonialistas a que se entregara e contra a visão paradisíaca do "Moçambique Português" apresentada. Estava, por sinal, presente, à falta de escritores brasileiros, um democrata português que além de conhecedor profundo das colónias é um escritor eminente — o comandante João Sarmiento Pimentel. E tal feição as coisas assumiram, no choque entre os poucos oposicionistas e a coorte salazarista que o comandante Pimentel, apercebendo-se de que não havia lugar para debates com a gentalha mobilizada pelo consulado para aplaudir o sr. Bermudes, esqueceu a idade e teve de dar uns safanões num agente provocador mais insolente que, na balburdia, lhe faltou ao respeito. Foi portanto, no meio de algazarra que se encerrou a Conferência do plumitivo em causa. Quanto ao mais, desafiámos o aventureiro fascista Bermudes a publicar os nomes dos sol-diantes elementos da oposição democratica que prestigiam a sua estada em São Paulo. Devem ter tanto de democratas e de oposicionistas como têm de escritores e de brasileiros os comandadores e agentes da PIDE enviados pelo consulado à UBE para ouvir o sr. Bermudes debitar as teses salazaristas sobre Moçambique.

A. S.

### OUÇA A RÁDIO PORTUGAL LIVRE

Diariamente das 20 às 20,30 e das 22,15 às 22,45 (hora de Portugal) na banda de 32 metros e das 0,30 às 0,50 nas bandas de 36, 40 e 43 metros

Uma Emissora ao Serviço do Povo Português

# SALAZAR NA IMPRENSA MUNDIAL

## A INSURREIÇÃO ANGOLANA

"Com a volta da estação das chuvas, a guerra de Angola entrou silenciosamente em seu terceiro ano Desta vez, entretanto, tudo parece indicar que os guerrilheiros não pretendem regressar a seus refúgios na época da seca. Com efeito essa guerra até agora silenciosa, quase clandestina, está a ponto de tornar-se uma "verdadeira guerra" destinada a ocupar o primeiro plano do cenário internacional, a monopolizar a opinião de todos os países do mundo, como aconteceu com a guerra da Argélia durante sete anos. Diversos acontecimentos aceleraram o movimento insurreccional angolano. Houve a principio a reunião da Organização da Unidade Africana em Dakar que, reconhecendo Holden Roberto como unico chefe da revolução angolana, pôs fim a uma rivalidade que paralisava o conjunto do movimento. Deu-se em seguida o malogro das conversações entre Franco Nogueira, ministro das Relações Exteriores de Portugal, e os representantes dos Estados africanos. Lisboa recusou-se a reconhecer o direito à autodeterminação de Angola. Esse fato acabou de convencer todos os africanos de que a luta armada era o unico meio de fazer Portugal recuar.

Há três anos, o que se podia de signar com o nome de revolução angolana compreendia apenas algumas centenas de homens sumariamente organizados, sem treinamento, armados com alguns fuzis antiquados e com machetes. Assinalavam-se, ocasionalmente, alguns ataques a comboios isolados de militares portugueses. Eram mais gestos de desesperados do que uma ação combinada. Os portugueses não se preocupavam excessivamente.

Hoje, a situação está totalmente modificada. Três países representam um papel importante nessa transformação: a Tunísia, que foi o primeiro país a ajudar Holden Roberto e que continua sendo o principal fornecedor de assistência; a Argélia que não esperou Addis-Abeba para auxiliar financeiramente os nacionalistas angolanos e dis pensar instrução militar aos jovens recrutados angolanos; o Congo (ex-belga), que sempre serviu de base aos guerrilheiros angolanos. A extrema permeabilidade da fronteira entre esse país e o Congo, representa problemas insolúveis para as tropas portuguesas encarregadas de executar a repressão em Angola.

(De "Jeune Afrique", Tunís)

## INTENSIFICA-SE A LUTA EM ANGOLA

"Se a vitória parece longínqua, o soldado rebelde pelo menos luta com o sentimento de que as correntes da História estão de seu lado.

Sabe que a maioria dos demais países africanos conquistaram sua independência. Foi informado de que a Organização da Unidade Africana, em Addis Abeba, na Etiópia, prometeu apoio financeiro para a revolta. E há as armas da Argélia sempre a caminho.

Muitos soldados rebeldes não consideram o Exército português o seu principal obstáculo, mas sim o primeiro-ministro Antonio de Oliveira Salazar. "Aquele homem" não se cansa de dizer, é que está retardando as coisas.

O primeiro-ministro Salazar tem 74 anos de idade, e os soldados rebeldes esperam que Portugal mude de atitude quando ele morrer.

Aqueles que abandonaram Angola para viver no antigo Congo belga manifestam-se mais concisamente sobre essa questão. Deixaram o país não só em busca de salários mais altos, mas também de um clima político mais livre.

"Em Angola", afirmou Pedro Pemo, soldado raso de 24 anos, "se o senhor se queixasse de seu salário, o chefe de posto português da localidade provavelmente o enviaria para trabalhar como contratado numa plantação portuguesa. Os belgas não eram totalmente bons, mas os africanos podiam ter sindicatos e tinham o direito de greve"

Miguel Rana, de 22 anos, outro soldado raso, lembra ter sido conscritado aos 12 anos para trabalhar nas estradas nas proximidades de sua aldeia em Angola.

"Vi liberdade no Congo", afirmou, "O meu filho nunca terá de fazer o que eu tive de fazer".

Alguns soldados, que entrevistamos, não fizeram reclamações específicas contra os portugueses. Contudo, ofereceram-se voluntariamente para servir no Exército rebelde e juraram fazê-lo por período indefinido e sem pagamento. Sua atitude parecia ser consequência do senso de serem parte da África "Eu era carpinteiro em Damba" disse um. "Com os portugueses não se podia conversar em voz alta sobre a independência, não se podia expressar quaisquer idéias".

Acrescentou: "Agora, nós, angolanos, temos o nosso próprio movimento. Não temos medo. Temos este Exército e organizamo-lo nós próprios. Isto basta para fazer-me desejar servir nele".

Enquanto falava, uma coluna de jovens rebeldes vinha chegando ao campo procedente do distrito de Nambuangongo, a 12 dias de marcha do Sul. Há mais de 10.000 jovens em Angola, todos eles voluntários de 15 a 35 anos de idade. Desempenham papel principal no Corpo de Transportes do Exército; na verdade são pouco mais do que animais de carga.

Algum dia serão aceitos no Exército regular, mas devem esperar até que se abram vagas para eles no acampamento de Kinkuzu.

Os homens de Nambuangongo vestiam farrapos. Muitos deles não tinham botas e as solas de seus pés sangravam. Detiveram-se aqui só 15 minutos e depois continuaram viagem para o Congo, com ordens para apanhar 100 fuzis novos e regressar imediatamente para Nambuangongo. Isto equivalia a uma marcha ida e volta de 850 quilômetros — em linha reta".

(Do "New York Times")

## SOMA E SEGUE...

"A farsa voltou a repetir-se. Realizou-se no dia 28 de Outubro, na terra portuguesa, aquilo a que bem indevidamente o Estado Novo chamou eleição de Juntas de Freguesia. Quem encare os problemas simples e exatamente através do que eles representam, terá de corar de vergonha frente à falta de escrúpulos e ao desrespeito pela verdade, à desvergonha em que se denomina de eleições uma farsa em que apenas se tornou possível estarem em campo as listas do partido unico, ou seja o do governo. O salazarismo não admitiu, não permitiu, como sempre o tem feito, que a oposição se organizasse, para poder elaborar as suas listas. Não lhe concedeu as menores liberdades de reunião e de propaganda. Pelo contrário, o Estado Novo tem estado a intensificar os meios repressivos que jamais deixou de pôr em prática. Tem mesmo feito tudo para envolver a Nação Portuguesa numa tremenda e pavorosa atmosfera de terror e de medo. Por isso a oposição não se tornou possível elaborar listas e apresentar-se às urnas para disputar as eleições das juntas de freguesia.

Como habitualmente, só a União Nacional, só o Partido unico, só o partido do governo tem facilidades, possibilidades e dinheiro, pois tem à sua disposição os cofres da Nação. Desta maneira, em todo o Portugal só apareceram as listas apresentadas pelo salazarismo. Num gesto da mais descarada mistificação e para se dar ao mundo ares de que houve oposição numa tantas freguesias bem poucas, apareceram em campo, outras listas. Simplesmente, todas elas organizadas pelo partido unico, pela União Nacional, pelo Partido de que o dr. Salazar é chefe". (Do "Luso-Canadano", de Toronto, Canadá).

## APELO DA JUVENTUDE ANGOLANA

A Juventude Angolana prosseguindo na sua campanha pró-ajuda aos refugiados, renovou o seu apelo a todas as organizações de jovens para que ocorram em auxílio de milhares de "infelizes refugiados angolanos, vítimas da barbárie dos colonialistas portugueses".

Os donativos ou pedidos de esclarecimentos devem ser remetidos para Juventude Angolana — Boite Postale 709, Leopoldville, República do Congo.



# A F.P.L.N. ENVIA MEMORIAL À ONU

Publicamos abaixo o texto de um importante documento enviado ao Secretário-Geral das Nações Unidas pela Comissão Delegada Provisória da Frente Patriótica de Libertação Nacional em que aquele organismo unitário expõe a política anti-colonialista dos democratas portugueses e analisa a política colonial do governo de Salazar, desmascarando-a. O memorial em referência, datado de 20 de Dezembro p.p. de Argel, é do seguinte teor:

"Excelência:  
Tendo sido interrompidas a 7 de novembro as conversações que se desenrolavam sob a égide do Secretário-Geral da ONU entre trinta e dois Estados africanos e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do governo fascista e colonialista de Portugal, sr. Franco Nogueira, a Comissão Delegada Provisória da Frente Patriótica de Libertação Nacional, como organismo representativo no estrangeiro da oposição anti-fascista e anti-colonialista portuguesa, vem expor-vos e declarar-vos o seguinte:

1 — Após a decisão do Conselho de Segurança da ONU que por oito votos (Ghana, Marrocos, Filipinas, Venezuela, Brasil, Noruega, URSS, Governo da Formosa, e três abstenções (USA, França, Grã-Bretanha) condenou a política colonialista do governo fascista português e após as decisões históricas da conferência de Addis-Abeba, o governo de Lisboa reafirmou várias vezes de um modo categórico e provocante a sua política colonialista, nomeadamente: na carta do chefe do governo português sr. Oliveira Salazar, a Sua Majestade Hallé Selassié, Imperador da Etiópia; no discurso pronunciado em Nova York pelo sr. Franco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros; no discurso pronunciado em Lisboa diante da chamada Assembleia Nacional pelo sr. Oliveira Salazar a 12 de Agosto; e no discurso pronunciado no decorrer de uma manifestação política em Lisboa a 27 de Agosto pelo sr. Oliveira Salazar.

A viagem do presidente da República Portuguesa, almirante Américo Tomaz, a Angola, durante os meses de Setembro e Outubro, deve ser considerada como a sequência destas arrogantes afirmações colonialistas. Nos discursos pronunciados em várias cidades de Angola, o chefe de Estado português afirmou nitidamente a intenção de manter o domínio colonial português pela força das armas. Em São Salvador do Congo, o almirante Américo Tomaz declarou: "Outros partiram, mas nós ficamos e ficaremos em África".

2 — Parece que as suas afirmações claras e repetidas não deixam dúvida sobre a obstinação cega do governo português que se propõe manter o domínio colonial e submeter os povos de Angola e Moçambique, Guiné e Cabo Verde, São Tomé e Príncipe a uma repressão policial terrorista e militar.

Além disso, a missão do Secretário adjunto da ONU, sr. Godfrey Annachree que se deslocou a Lisboa para discutir com o governo português, não obteve qualquer resultado positivo. Apesar disto, as negociações foram iniciadas em Nova York sob a égide do sr. U Thant, secretário-geral da ONU entre nove representantes dos Estados africanos expressamente credenciados pelo grupo africano na ONU, e o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, sr. Franco Nogueira. Sem levar em conta as decisões da conferência de Addis Abeba, o governo fascista e colonialista português recusou definir clara e inequivocamente o seu conceito de auto-determinação, as normas e prazos para o cumprimento da auto-determinação e não reconheceu aos verdadeiros representantes políticos dos povos coloniais a qualidade de interlocutores válidos.

3 — Sendo o objetivo das negociações o de: "criar as condições necessárias às negociações diretas entre Portugal e os verdadeiros representantes das populações que ele coloniza em vista do seu acesso à independência", os representantes dos Estados Africanos concluíram, após as suas conversações com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do governo português, sr. Franco Nogueira, que o fim do representante português era apenas o de "ganhar tempo".

4 — A decisão de submeter à organização da Unidade Africana, constituída na conferência de Addis Abeba, as conversações eventuais futuras, entre o governo fascista e colonialista de Portugal e os Estados Africanos, representa o desejo de realizar no quadro africano a

discussão do problema e não pode significar que se procure uma solução negociada com o governo fascista e colonialista português de Salazar, afastando o apoio efetivo político, diplomático, financeiro e militar dado aos povos que mantêm a luta armada contra o colonialismo fascista. É a própria natureza do regime que torna difícil e mesmo improvável uma solução negociada no sentido da paz e da independência nacional dos territórios coloniais sob domínio português.

5 — Na luta contra o regime fascista e colonialista português é igualmente necessário que tanto os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas como os Estados independentes da África e de um modo geral a organização da Unidade Africana não esqueçam que o Portugal que tem atualmente contra a vontade dos povos coloniais e contra a opinião internacional o maior império colonial dos nossos dias, é ele próprio um país subdesenvolvido, um país colonizado pelo capital estrangeiro. É bem a dupla característica e a contradição — "Portugal - país colonizador" e "Portugal - país colonizado" — que explica por um lado a sobrevivência do regime fascista português, a sua natureza e estrutura e o caráter de um colonialismo que age sob múltiplos aspectos como intermediário dos interesses capitalistas nacionais e estrangeiros que ao mesmo tempo esmagam a nação portuguesa e justificam os apoios internacionais diretos e indiretos que o governo fascista de Salazar recebe, permitindo-lhe assim manter o seu domínio colonial sobre vastas zonas de África, e em Macau e Timor. Este apoio internacional, político e financeiro torna possível uma repressão policial brutal quer em Portugal quer nas colónias e as operações militares que criaram já numa vasta extensão do continente africano uma situação de estado de guerra.

6 — Dado que o governo revolucionário de Angola no Exílio dispõe de uma base militar, de facilidades operacionais e logísticas (na República do Congo-Leopoldville) e que o Conselho dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da OUA, reunido em Dakar, recomendou o reconhecimento do governo revolucionário de Angola no Exílio e que este foi já reconhecido de jure por numerosos países africanos, estas circunstâncias emprestam alcance internacional ao problema da guerra e paz em Angola e criam uma situação de "estado de guerra" em África, pois as forças do Exército colonialista português opõem-se combatentes que dependem da disciplina de uma organização militar sob o controle de um governo reconhecido de jure por muitos países africanos.

7 — É praticamente no momento em que os representantes dos países africanos nas Nações Unidas verificam a impossibilidade no quadro das conversações atuais de chegar a uma solução negociada com os representantes do governo fascista e colonialista português para estabelecer a paz, que desse lugar a uma auto-determinação real e conduzindo a uma independência real os territórios portugueses sob domínio colonial português, é nesse momento que se anunciam em Nova York dois empréstimos concedidos ao governo de Salazar pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) no valor de 112.500.000 dólares. Sabe-se igualmente que o governo fascista e colonialista de Salazar, que com a sua política económica condenou Portugal a ser o país economicamente mais atrasado da Europa, não poderia efetuar o grande esforço da guerra em Angola e na Guiné e suportar igualmente as despesas resultantes do reforço militar em Moçambique e Timor sem os créditos estrangeiros concedidos a Portugal durante o ano de 1962 e que foram os seguintes: Alemanha Federal, empréstimo do Kreditanstalt für Wiederaufbau, 1 milhão de contos, um juro de 3 1/4% amortizável durante vinte anos; USA empréstimo do Export-Import Bank, 2 milhões de contos, juro de

5 3/4% amortizável durante 30 anos; empréstimo de uma associação de bancos americanos num prazo médio, de 600 mil contos, juro 5 1/4%, amortizável em 30 anos; empréstimo baseado na lei dos Estados Unidos sobre os excedentes agrícolas, de 380 mil contos, juro de 4%, amortizável em dez anos; França, empréstimo do Banco Seligman e do Banco Francés do Comércio Exterior de 600 mil contos, juro 5 3/4%, amortizável em 14 anos. (1 conto = 1.000\$00 = 39 do lúres).

8 — Além do auxílio financeiro, é necessário acrescentar, se quisermos fazer uma apreciação política realista dos apoios recebidos pelo governo fascista e colonialista de Salazar, a verificação da proveniência e das marcas de origem do material de guerra capturado pelos combatentes nacionalistas em Angola e na Guiné assim como dos aviões abatidos ou identificados no teatro das operações. É necessário levar também em conta a proveniência e as marcas de origem do material de transporte empregado pelas forças militares portuguesas.

9 — Tendo sido interrompidas as conversações com os representantes dos Estados Africanos a 7 de Novembro, logo na manhã de 8 de Novembro, o ministro dos Negócios Estrangeiros do governo fascista português, sr. Franco Nogueira, fez a seguinte declaração ao Clube de Imprensa Nacional de Washington: "Portugal não tem intenção de submeter-se às resoluções das Nações Unidas, pois esta organização está submetida a uma maloria que não representa as forças reais existentes no mundo" (Despacho da A. F. P.). No seu discurso, o sr. Franco Nogueira criticou vivamente o funcionamento da ONU.

10 — Antes mesmo de a política colonialista do governo de Salazar ter sido expressivamente condenada no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas por oito votos e três abstenções (Julho de 1963), o "sofisma constitucional" de considerar os territórios coloniais como "provincias do ultramar" integradas no território nacional, fôra já contestado por uma decisão aprovada por 73 votos contra 2 e 9 abstenções, a 20 de Abril de 1962, durante a XVII sessão da Assembleia Geral da ONU.

11 — Pelas razões acima indicadas e sabendo-se que até na África, os interesses colonialistas e neocolonialistas exercem uma pressão destinada a frear as operações militares de libertação; sabendo-se que estes interesses tomam publicamente a defesa de uma solução negociada com as autoridades fascistas portuguesas que põe em perigo a verdadeira independência; a Comissão Delegada Provisória da Frente Patriótica de Libertação Nacional julga de seu dever advertir mais uma vez e solenemente, que a eventualidade de uma consulta eleitoral da população de Angola, no quadro da legislação colonialista (Lei Orgânica do Ultramar), hipótese que mereceu o apoio do ditador deposto Fulbert Youlou, só poderia ser aceite por aqueles que estão ao corrente dos métodos eleitorais do sr. Oliveira Salazar, métodos de que o povo português e os povos das colónias portuguesas têm já uma triste e larga experiência. De resto, como a experiência da iniciativa do sr. U Thant, secretário-geral da ONU, acaba de demonstrar, toda a negociação com os representantes do regime fascista e colonialista português deve ser assegurada pela aceitação prévia das recomendações e resoluções dos organismos da ONU e da Assembleia Geral.

Sem esta garantia pode ser considerada como uma concessão ao colonialismo e representaria um recuo da parte dos países africanos em relação às decisões de Addis Abeba (Conferência dos Chefes de Estado constitutiva da O.U.A.) e de Dakar (Conselho dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da OUA). 12 — Num documento dirigido pela JUNTA CENTRAL DE AÇÃO PATRIÓTICA à Conferência dos Chefes de Estado dos Países não alinhados, realizada em Belgrado (25 de Agosto 1961) afirmava-se já: "Nesta conjuntura crítica, Salazar leva a efeito uma ação desesperada em Angola e noutras regiões em que se mantem ainda o seu domínio colonial. Deve a todo o preço refutar a acusação de não representar mais que uma minoria insignificante de fatores de guerra

fascista e colonialista. Como várias vezes no passado, o regime espera recorrer a uma "maloria" fraudulenta nas eleições, a fim de confundir a opinião pública mundial e continuar a desafiar a condenação das Nações Unidas". Nessa altura afirmávamos já: "A queda do regime fascista de Salazar significa o fim da guerra colonial em Angola e a libertação de todos os povos atualmente sob o domínio do regime de Salazar".

A conferência dos chefes de Estado dos países "não alinhados" de Belgrado, na declaração que publicou, precisava:

"Os países participantes chamaram com muita inquietação a atenção da Conferência para os acontecimentos de Angola e as medidas intoleráveis de repressão tomadas pelas autoridades coloniais portuguesas contra o povo angolano e exigem que se ponha fim imediatamente a toda a efusão de sangue em Angola; todos os países pacíficos, particularmente os Estados membros das Nações Unidas, desejariam auxiliar o povo angolano a constituir-se sem demora como Estado livre e independente".

13 — A Conferência das Forças Anti-fascistas portuguesas (Dezembro 1962), tendo procedido ao exame do problema colonial, definiu a política da FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL:

a) — O movimento unitário da oposição deve reafirmar o reconhecimento do direito dos povos das colónias portuguesas à auto-determinação e à independência; as forças democráticas portuguesas deverão intensificar a sua ação contra a política colonial de Salazar a qual está em vias de levar Portugal à catástrofe nacional, e lutar igualmente por uma solução justa do problema colonial, defendendo:

1 — A cessação imediata das operações militares em Angola e a retirada das tropas expedicionárias;

2 — A urgência da abertura de negociações com as organizações nacionalistas africanas;

3 — O estabelecimento das liberdades democráticas nas colónias portuguesas, principalmente a liberdade da ação política dos movimentos nacionalistas;

4 — A libertação de todos os prisioneiros políticos das colónias portuguesas;

5 — Acham que na luta comum contra a ditadura fascista e colonialista de Salazar é necessário estabelecer contatos regulares entre a FPLN e as organizações nacionalistas das colónias portuguesas e nesse caso a cooperação e a negociação.

Esta posição foi reafirmada pela Comissão Delegada Provisória da FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL nas declarações feitas à Mahgreb Agence de Presse (MAP) no Semanário "Revolução Africana", de Argel e ao jornal "Labari" do Níger.

14 — A Comissão Delegada Provisória da Frente Patriótica de Libertação Nacional considera que a paz imediata em Angola e na Guiné é do interesse do povo português e que o acordo da oposição democrática, antifascista e anti-colonialista portuguesa com as condições enunciadas pelos dirigentes dos movimentos nacionalistas de Angola e da Guiné e pelo presidente do Governo Revolucionário de Angola no Exílio se exprime pela afirmação solene de que um governo verdadeiramente representativo do povo português, um governo democrático antifascista e anticolonialista iniciará negociações com os representantes válidos do povo de Angola e dos povos sob domínio português.

15 — Uma vez que a queda do governo fascista e colonialista de Salazar e a sua substituição por um governo democrático é o objetivo da luta da FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL a nossa FRENTE sente-se nesta luta auxiliada pelos povos que combatem a tirania salazarista para conquistar a sua independência nacional e são por este fato, objetivamente, aliados do povo português na sua luta de libertação nacional.

Paralelamente, e considerando a interdependência estreita que existe entre a luta antifascista e a luta anticolonialista foi já sublinhado por um estadista africano que: "Não é apenas o problema da colonização que se coloca... é um ou-

tro aspecto muito importante para a nossa revolução que é posto: o fascismo". Por consequência, é combatendo o governo fascista de Salazar que a FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL dá a sua contribuição e a sua cooperação ativa à luta de libertação nacional dos povos coloniais sob domínio português. Objetivamente, os antifascistas e anticolonialistas portugueses são aliados dos combatentes nacionalistas.

16 — A contradição "Portugal-País colonizador" e "Portugal-País colonizado", explica o caráter de um colonialismo que exerce a função de intermediária dos interesses capitalistas que dominam também a sociedade portuguesa. E torna solidário o movimento de libertação nacional do povo colonizador e do povo colonizado.

Esta contradição obriga a que as declarações de compreensão e de solidariedade política se tornem efetivas pela organização da luta contra os aspectos metropolitanos e coloniais de opressão nacional, contra os antigos e os novos instrumentos de intervenção colonialista. O combate deve ser travado nas duas frentes, pois o regime fascista de Salazar é o "calcanhar de Aquiles do fascismo na Europa".

17 — Combatendo diretamente contra o governo fascista e colonialista do ditador Salazar, desenvolvendo a resistência à guerra colonial, a FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL presta, objetivamente, uma cooperação ativa aos movimentos de libertação nacional dos países coloniais. As ações de resistência à guerra colonial assumiram as formas mais diversas: não é apenas a recusa dos democratas conhecidos e responsáveis que se recusaram corajosamente a caucionar com o seu nome a política colonial fascista, não é apenas a recusa de aceitar o mito político da unidade nacional em volta do ditador, são as lutas e protestos da classe operária e a recusa de contribuir com uma parte dos seus salários para as despesas da guerra; é a agitação entre os soldados, a recusa de embarcar e combater, são as manifestações populares contra a guerra colonial violentamente reprimidas e dispersas a tiros, é o protesto de uma juventude consistente que faz aumentar a cada dia o numero de desertores e de refratários.

Esta resistência à guerra colonial o descontentamento popular, a crescente rebelião dos soldados levaram o governo de Salazar a tomar medidas que podem ir até à pena de morte para os jovens que se negam a fazer a guerra colonial fascista. A própria violência destas medidas legislativas testemunha o aumento da resistência popular à política fascista de repressão e de guerra.

18 — É necessário sublinhar que a FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL movimento unitário antifascista e anticolonialista, dada a sua orientação política, as forças políticas que representa e a luta que efetua contra o regime fascista e colonialista português, é um interlocutor válido.

É inútil afirmar que a sua ação pode acelerar de modo decisivo a libertação do domínio colonial de grandes territórios africanos, tornando possível uma solução justa dos problemas que inquietam o povo português e a opinião internacional.

Também não é necessário afirmar que submetendo-vos esta argumentação e propondo-vos que toméis em conta, na orientação geral da vossa política, a luta travada pelo povo português, a FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL não pretende arrogar-se o papel de "libertadora" dos povos coloniais. Tal como a revolução, a libertação não se exporta. Mas a luta comum pela Liberdade e pela Democracia pode e deve ser promovida. Tanto mais que o "país colonizador", é também um "país colonizado".

19 — A resolução apresentada ao Conselho de Segurança pelos representantes do GHANA, de MARROCOS e das FILIPINAS foi aprovada por dez votos e uma abstenção, a da FRANÇA, a 12 de dezembro de 1963. A resolução lamenta que Portugal não tenha reconhecido o direito à autodeterminação



# Trabalhadores Sul-Americanos solidários com Portugal

A convite dos organizadores, um representante da classe operária portuguesa participou como delegado do Congresso de Unidade Sindical dos Trabalhadores da América Latina que se realizou de 24 a 28 de janeiro em Brasília. Além de distribuir as várias delegações presentes amplo material informativo sobre a realidade portuguesa — incluindo listas com os nomes de presos políticos e uma compilação de dados estatísticos intitulada O FASCISMO SALAZARISTA EM NUMEROS E FATOS, o representante dos trabalhadores portugueses, apresentou ao Congresso um extenso relatório sobre a situação dos trabalhadores em Portugal. Nesse relatório faz-se um breve histórico da evolução da conjuntura entre a fascização dos sindicatos em 1933 e a intensificação das lutas no seio desses mesmos sindicatos a partir de 1945, enunciam-se sumariamente os principais movimentos reivindicatórios e grevistas registrados desde então até 1958, ano que ficou a assinalar o início em larga escala dos grandes movimentos de massas, na sequência da campanha eleitoral do general Humberto Delgado. Aborda-se o problema da guerra colonial definindo o seu carácter e denunciando as consequências catastróficas que advém para Portugal da sua dupla e contraditória condição de país colonialista e de país colonizado. Esclarecendo que só a guerra de Angola custa ao povo o equivalente a um bilhão de cruzeiros diários, alude-se à resistência nacional contra essa guerra monstruosa, mostrando-se que a mesma só aproveita aos monopólios estrangeiros (e aos portugueses a eles enfeudados) e a financiar largamente. Vendo no imperialismo o maior sustentáculo do fascismo — frisa-se no relatório — o povo português teria por força de experimentar a maior repugnância pela própria ideia da guerra, travando um combate constante e heróico em defesa da Paz Mundial. A última parte do relatório é dedicada ao problema da repressão. Pelo interesse particular de que se revestem, reproduzimos a seguir estes parágrafos.

## A REPRESSÃO

"Ao longo de trinta e sete anos, foram incontáveis e inimagináveis os sofrimentos do povo português e especialmente da sua heroica classe operária, sempre na vanguarda da luta contra o fascismo. Não vos falei da PIDE, dos prédios fascistas de Caxias, do Aljube, de Paços de Ferreira, de Peniche, dos campos de concentração das colônias. A primeira tornou-se mundialmente conhecida pelos seus métodos criminosos que nada ficam a dever aos da Gestapo hitleriana. Dispensa apresentação. Impõe-se há muito à condenação de todos os homens que amam a liberdade e a dignidade. Quanto aos campos de extermínio de Salazar também são tristemente céle-

bres. A simples menção do nome do Tarrafal, o campo da morte lenta, traz-nos à memória os nomes das dezenas de patriotas que ali morreram assassinados e das centenas que lá passaram os melhores anos da existência. Se falamos da repressão não é também para recordar os heróis do povo português como Bento Gonçalves — a primeira vítima do Tarrafal — pois o seu exemplo continua vivo e não precisa ser lembrado. É para lembrar isso sim, que na sua longa e ininterrupta tradição de combatividade e heroísmo a classe operária portuguesa continua a enfrentar o aparelho policial do fascismo, insensível à ferocidade da repressão. E aos presos de ontem sucederam os presos de hoje. Os prédios salazaristas abarrotam de patriotas, vítimas do seu indefectível amor à liberdade e à democracia. E eles precisam da solidariedade dos trabalhadores de todo o mundo. Eis alguns nomes dos muitos que poderíamos aqui citar: Joaquim Pires Jorge, Otávio Rodrigues Pato, António Dias Lourenço, Blanqui Teixeira, Guilherme da Costa Carvalho, Carlos Costa, José Vitoriano, Afonso Gregório, Manuel Guedes, Jorge Araujo, José Magro, Carlos Abolim Inglês, José Bernardino, Maria Albertina Diogo, Maria Aida Nogueira, Colélia Fernandes, Sofia Ferreira, Capitão Varela Gomes, Manuel Serra.

A luta do povo português a favor da libertação dos presos políticos ganhou nos últimos anos novas perspectivas graças à abertura, no plano internacional, de uma frente paralela de apoio ao movimento interno. Sensível à pressão da opinião pública internacional, o ditador fascista, sob os golpes conjugados de dentro e de fora, teve de ceder não poucas vezes. Uma das vitórias mais expressivas nesse campo foi a recente libertação do dirigente operário Manuel Rodrigues da Silva — o mais antigo preso político português — que se encontrava encarcerado há 23 anos! Cabe recordar que para a sua libertação se uniram os esforços de centenas de milhares de trabalhadores, representados pelas centrais sindicais dos respectivos países. Ao apelo inicial da Federação Sindical Mundial, exortando os seus filiados a promover campanhas a favor da libertação daquele patriota, responderam entidades sindicais de países como o Brasil, a União Soviética, a Itália, a França, o Chile, a Tchecoslováquia, a China, a Polónia e muitos outros. Simultaneamente, o fascismo português experimentava outra grave derrota, vendo-se forçado a libertar os escritores que havia detido arbitrariamente, em novembro e dezembro últimos, numa ofensiva desfechada contra os intelectuais. A rapidez e a intensidade da reacção da opinião pública internacional a essa onda de prisões, particularmente no Brasil, em Itália e na França, levou Salazar a recuar, libertando, entre outros, os escritores Alves Redol, Urbano Tavares Rodrigues, Alexandre Cabral e Alberto Ferreira.

Não podemos, entretanto, iludirmos com o alcance dessas vitórias parciais. A luta contra a repressão deve prosseguir sem desfalecimentos. Para vos dar uma ideia da profundidade da repressão fascista em Portugal, permitimo-nos apresentar alguns números: Desde 1926 foram pronunciadas por delito de opinião mais de 26.000 condenações. Quanto a condenações por "crimes contra a religião", a segurança do Estado, a ordem e a tranquilidade públicas", para recorrerem à fraseologia oficial do fascismo, registraram-se 4.727, de 1937 a 1941; e 21.974, de 1956 a 1960. Desde 1959 tem havido cerca de 100 condenações anuais a prisão perpétua, por força da aplicação das chamadas "medidas de segurança". Só em 1962 houve 6.000 prisões de patriotas, ou seja, 16 por dia. A média de assassínios políticos perpetrados pela PIDE é de três por mês.

Esse é, companheiros, nas suas linhas gerais, o panorama da repressão no nosso País. Compreenderéis assim melhor o quanto representam para nós os movimen-

tos de solidariedade internacional. Foi aqui, aliás, no Brasil que por todos os motivos tão querido nos é, que tomou forma a campanha de solidariedade aos Presos Políticos de Portugal e Espanha que depois alastraria pelo mundo inteiro. Sabemos bem que, não obstante as valiosas adesões de intelectuais, de estudantes e políticos de todas as tendências democráticas, iniciativas como a I Conferência Latino-Americana, realizada em São Paulo, em 1960, nunca teriam sido possíveis sem o esforço dos trabalhadores. O mesmo aconteceu, posteriormente, com a II Conferência, efectuada em 1961 em Montevideo e com a I Conferência da Europa Ocidental Pró-Anistia dos Presos e Exilados Políticos Portugueses, realizada em Paris em dezembro de 1962.

É da imensa gratidão que todos os trabalhadores portugueses sentem diante do calor humano da vossa solidariedade que nos fazemos aqui, neste conclave, interpretar, na certeza de que a classe operária portuguesa poderá continuar a contar com a ajuda fraternal dos trabalhadores latino-americanos. Que essa solidariedade prossiga e se amplie, encontrando novas formas práticas de se manifestar são os nossos votos. Muito obrigados, companheiros, pelo que fizestes e pelo que fareis por vossos irmãos de Portugal!

## RESOLUCAO

Por proposta da delegação brasileira o Congresso aprovou por unanimidade, a seguinte resolução: "Considerando a situação em Portugal e tendo em vista a permanente violação dos direitos fundamentais dos trabalhadores e bem assim a inexistência de liberdades sindicais e individuais naquele País, o Congresso resolve:

I — Que o Comité Coordenador Sindical de Trabalhadores Latino-Americanos denuncie perante a UNESCO e a Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas o desrespeito completo pelos Direitos do Homem praticado pelo governo português e a inexistência de liberdades sindicais;

II — Que o Comité Coordenador recomende a todos os filiados a intensificação das ações de solidariedade às lutas dos trabalhadores portugueses e recomende a "adoção" de presos políticos, na base da solidariedade de classe para classe, a exemplo do que vêm fazendo algumas organizações sindicais europeias;

III — Que o Comité Coordenador divulgue, através das publicações mantidas pelas entidades sindicais a ele filiadas, as condições em que se encontram os presos políticos portugueses e o tipo de ajuda que lhes pode ser prestada".

# Colonialismo e Anti-colonialismo

## ANGOLA

Durante todo o mês de Janeiro foi intensa a atividade militar das forças do Exército de Libertação de Angola na região noroeste da colónia. As baixas das tropas portuguesas são cada vez maiores, refletindo a modificação das condições de luta, e esse fato contribui para minar ainda mais o moral já de si baixíssimo com que os soldados e oficiais prosseguem uma guerra cujo carácter monstruoso se tornou para todos uma evidência.

Na região de Cabinda, particularmente, a situação é quase desesperada, mantendo-se as guarnições em estado de permanente alerta para conter as constantes infiltrações de guerrilheiros que entram e saem com a maior facilidade pela permeável fronteira do enclave.

Em Luanda causou verdadeiro pânico a notícia da chegada a Leopoldville — onde foram triunfalmente recebidos — dos primeiros nove pilotos angolanos. Esses aviadores, quatro dos quais são também especialistas em mecânica, receberam instrução na Polónia e estão aptos logo que disponham de aviões, a desempenhar quaisquer missões de guerra. Receia-se na capital de Angola que o Governo Revolucionário de Angola no Exílio, à falta de aparelhos de combate, adquira alguns velhos aviões civis de treino (o que não é difícil) e realize com eles bombardeamentos de represália aos atos de terrorismo e genocídio praticados pela Força Aérea Portuguesa. O efeito psicológico de tais ações seria terrível, embora a sua eficácia militar fosse quase nula.

## GUINE

As autoridades fascistas desenvolveram um grande esforço no fim do ano para vibrar um golpe decisivo na insurreição guineense. O próprio ministro da Defesa, acompanhado de numerosos oficiais do Estado Maior, deslocou-se de Lisboa para assistir ao que era considerado como a ofensiva capaz de liquidar com a campanha libertadora do PAIGC.

Os planos do Exército Colonialista saldaram-se, entretanto, por um espetaculoso malogro, não atingindo em parte alguma os objetivos previamente fixados. A própria tentativa empreendida contra a ilha de Como parece não ter conduzido à sua reconquista completa, embora os meios de ação empregados no ataque tenham sido os mais poderosos até agora exibidos na Guiné. De um modo geral, a situação continua a apresentar as perspectivas mais favoráveis aos patriotas guineenses que controlam hoje boa parte do território, conforme se pode verificar pelo mapa que publicamos. Em Ojó, Mansaba e Cabochanque registram-se violentos choques no decorrer dos quais as tropas portuguesas sofreram numerosas baixas, perdendo também muito material de guerra.

## Relatório de encomenda...

LONDRES (Janeiro) — Os artigos de Lord Russel of Liverpool e o seu "relatório" posteriormente publicado sobre as prisões políticas portuguesas continuam a ser comentados na imprensa liberal inglesa.

O "Tribune", órgão da ala esquerda do Partido Trabalhista, publicou no seu número de 3 de Janeiro, um oportuno comentário de Clive Jenkins, figura muito conhecida nos meios trabalhistas britânicos, e colunista de grande influência. Dirigindo-se a Lord Russel, Jenkins escreveu:

"Muitos de nós tememos apoiado protestos e apelos em favor dos prisioneiros políticos portugueses. Recentemente recebi uma cópia do seu panfleto, intitulado "Presos e prisões em Portugal". Estamos interessados no problema que este panfleto levanta e é nossa intenção criticá-lo num dos próximos números de "Tribune". Gostaria, portanto, que me dissesse se foi realmente convidado pelo governo português e se foi o governo português que pagou o custo da investigação, impressão e circulação do seu relatório? Estas perguntas ser-nos-ão necessariamente feitas pelos nossos leitores e nós gostaríamos de estar em posição de lhes poder dar uma resposta."

A resposta de Lord Russel, não tardou e era desconcertantemente franca e eloquente: "Fui contactado na Inglaterra pelo Sr. Toby O'Brien, da Organização O'Brien, que tem um contrato de relações públicas e publicidade para o Governo português. O Governo português tinha-lhe pedido que encontrasse uma pessoa que pudesse fazer um inquerito objetivo sobre as condições em que vivem os presos políticos em Portugal. As despesas da investigação, viagem, impressão, circulação foram totalmente pagas pelo Governo português mas eu não recebi, claro, qualquer remuneração pelo trabalho."

A confissão de Lord Russel torna desnecessários quaisquer comentários... Confirma-se assim o que sempre sustentaram os democratas portugueses: tratava-se realmente de um "inquerito" encomendado por Salazar!



Pelo mapa que publicamos, podem os leitores do nosso jornal acompanhar a marcha da luta na Guiné. As regiões a tracejado, já libertadas, encontram-se sob centrão dos elementos do P.A.I.G.C. O referido mapa foi apresentado a imprensa brasileira no Rio de Janeiro, pelo sr. Fidelis Cabral — enviado a América do Sul em missão especial pelo PAIGC — durante uma entrevista coletiva, no dia 17 de Janeiro. Fidelis Cabral seguirá brevemente para a Argentina, Venezuela e Paraguai, a fim de informar a opinião pública daqueles países sobre a luta libertadora do povo guineense.

## Militares mortos em Angola

Damos abaixo, os nomes de novos elementos das Forças Armadas mortos em Angola: Izidro Azevedo Gomes, capitão; Alberto José Fernandes Machado, furiel; Manoel Fernandes Alves Nogueira, primeiro cabo; Agostinho Soares Fonseca, primeiro cabo; José Carmelo Proença, soldado; Joaquim Gonçalves Dias, soldado; Bernardino Augusto Merca, furiel; Augusto Maria Lopes, soldado; e Carlos Angelo da Cruz Samorinha, soldado.

parto: é de O-IO sua rtal:ais va-olo dos  
al-ais de un ges em rna rta- r e  
as de efe-son s e on-ru sta. nas dis- de  
nte olo ten co-CA  
AL pe- li olo i à for- nas eci- usa- nar nial usa id- lor. ase quir rios é a use- as a re- é c ons- ada de nial.  
a s le- to-é à que nial des- nha ular io e  
que LI novi- anti- ção e re- con- lista vali  
ação vo a ul de tor- justa o po- erna-  
afir a ar- que lo ge- rante- ÇAO ogar- s po- volu- orta. dade e sei "pais "pais  
da ac- s re- MAR apro- sten- e de- men- onhe tação  
ig. 7)











# A Conferência da F. P. L. N. dirige-se aos portugueses

No intuito de manter o povo português devidamente informado sobre as decisões tomadas no importante conclave que acaba de realizar algures na Europa, a Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional dirigiu a todos os portugueses as duas expressivas mensagens que publicamos nesta página. Uma delas, a mais extensa, é, como os leitores verificam um verdadeiro balanço do trabalho realizado, necessário a uma perfeita compreensão do espírito que dominou os trabalhos da Conferência e da justiça das resoluções tomadas. A outra, seu complemento, é uma vibrante exortação à luta final pela derrubada do fascismo.

O primeiro documento, intitulado AO POVO E AOS DEMOCRATAS PORTUGUESES, é do seguinte teor:

Um ano decorrido sobre a Conferência das forças anti-fascistas que tomou a decisão de constituir a Frente Patriótica de Libertação Nacional, novamente se reuniram, algures na Europa, em janeiro de 1964, representantes de forças e setores da Oposição democrática, representantes de organizações do Interior e do Exterior e quadros responsáveis da Frente, para dar balanço a um ano de atividade, rever, retificar ou reafirmar as conclusões, decisões e recomendações da Conferência de Dezembro de 1962, e tomar medidas relativas à intensificação da luta nacional de libertação.

A análise da situação política nacional a que procederam, levou-nos a concluir que Portugal atravessa a maior e a mais grave crise da sua longa História como Nação; que a situação económica se agravou, que grandes sacrifícios são impostos à população trabalhadora, que as classes médias, os pequenos e médios industriais, os pequenos e médios comerciantes, os pequenos e médios lavradores, são objeto de pesadas cargas tributárias; que a própria crise política do regime é incontestável.

As consequências da política fascista e colonialista do governo de Salazar caracterizam-se no plano interno, pelas repercussões morais, políticas e económicas da guerra colonial, por um recrudesci-

zir o Povo Português ao levantamento nacional popular. Tal decisão implica que se tomem medidas no sentido de se organizar a manifestação revolucionária da vontade popular que expulsa o ditador do poder e destrua a ordem fascista.

Esse trabalho de organização do levantamento nacional popular e as ações legais, semi-legais e ilegais que mobilizarão as massas populares numa luta diária, audaciosa, defensiva e ofensiva, impõe o alargamento da Unidade na ação e para a ação, expressa na constituição de Juntas de Ação Patriótica e outros organismos unitários, e a coordenação da atividade das várias forças, correntes e setores integrados na Frente Patriótica de Libertação Nacional.

Os participantes nesta segunda conferência das forças anti-fascistas portuguesas decidiram a institucionalização da Conferência como órgão superior deliberativo da Frente Patriótica de Libertação Nacional. E ao fazê-lo, solenemente proclamam a necessidade de desenvolver e reforçar a organização da Frente, de intensificar as lutas populares de massas, de conduzir o povo ao levantamento nacional armado.

A Conferência, como organismo superior deliberativo da Frente Patriótica de Libertação Nacional, consciente das novas tarefas que cumpre realizar, do caminho percorrido e que importa percorrer para libertar o país da opressão fascista e pôr termo à guerra colonial, adotou a decisão, cuja responsabilidade e gravidade se ponderou, de constituir a Junta Revolucionária Portuguesa como órgão impulsor da luta de libertação nacional. Ao solicitar ao Senhor General Humberto Delgado, candidato nas eleições presidenciais de 1958 da coligação de toda a oposição democrática, encontra-se investido numa singular representatividade.

A Junta Revolucionária Portuguesa é um órgão da Frente Patriótica de Libertação Nacional. Só uma larga frente unitária poderá alcançar a vitória sobre o regime fascista.

A par dos partidos, grupos e correntes que nela se integram, a Frente devem ser chamados os milhares e milhares de portugueses não organizados, manancial inesgotável de energia patriótica que a Frente saberá conduzir à luta pela Democracia. Porque todos os anti-fascistas cabem na Frente Patriótica, porque as suas fileiras estão abertas aos democratas, aos patriotas que compreendem a dramática situação em que se encontra o nosso país, os participantes na Conferência dirigem-se a todos os portugueses, aos homens honrados e não esquecem sequer os desiludidos do regime, para lhes reafirmarem que na Frente Patriótica de Libertação Nacional encontrarão compatriotas dispostos a caminharem fraternalmente unidos, hoje na luta contra o governo fascista e amanhã unidos também na luta para a construção de um Portugal democrático.

Aproximam-se dias decisivos — ou que podem ser decisivos — se o problema da organização da luta unitária anti-fascista for encarado com a responsabilidade imprescindível, a audácia necessária, real dedicação e espírito de sacrifício.

Defender a liberdade do Povo Português, as liberdades políticas dos cidadãos e as liberdades sindicais dos trabalhadores; defender a criação de partidos políticos e a consulta ao Povo em eleições verdadeiramente livres; defender as reformas de estrutura que eliminem as próprias bases do regime fascista; defender as medidas necessárias para a elevação rápida do nível de vida e sanitário das populações; instituir em Portugal

um regime de Democracia política, económica e social, reconhecer sem sofismas o direito dos povos coloniais à autodeterminação e à independência, são objetivos que permitem um largo acordo político.

Os participantes na Conferência consideram que a cooperação fraternal no combate anti-fascista deve prosseguir para além da vitória sobre a ditadura fascista. Pensam que deverá ser elaborado um programa comum de construção da Democracia.

As forças organizadas na Frente Patriótica de Libertação Nacional permitem encarar as próximas batalhas com confiança. Novas forças e forças jovens surgem. Novos combatentes e combatentes jovens tomam lugar nas fileiras da Frente. A juventude operária, a juventude camponesa e a juventude das escolas cabe um papel relevante na luta pela Liberdade, pela Democracia e contra a guerra colonial.

Onde quer que se encontrem e qualquer que seja a sua posição política, os anti-fascistas e anti-colonialistas portugueses, na luta contra a guerra colonial, pela liberdade de Portugal, pela Democracia, constituem um único grande exército. A Frente interna e a frente externa são uma só frente de combate. Estamos no teatro operacional onde a nossa presença é necessária. Estamos com o nosso Povo. O combate é um só. Uma só a nossa bandeira.

Todos os democratas, civis ou militares, trabalhadores ou intelectuais, devem imediatamente tomar o seu lugar no combate anti-fascista. A luta nacional de libertação deve entrar numa fase mais organizada, mais intensa, mais enérgica, mais audaciosa.

O compromisso que se assume perante o Povo Português, perante a nossa Pátria, vincula-nos ao mandato que recebemos dos compatriotas que caíram na luta e a obrigação que sentimos para com os portugueses que despertam para a vida:

Libertar Portugal.  
Cessar a guerra colonial em Angola e na Guiné.

Instaurar um regime de Democracia política, económica e social.  
Uma Democracia de todos os portugueses.

Uma Democracia para todos os portugueses.

A todos os combatentes da Democracia, e em particular aos presos, aos perseguidos, aos exilados, enviamos uma saudação comovida e fraterna.

A todos os portugueses garantimos que no combate que se vai travar os democratas portugueses, anti-fascistas e anti-colonialistas, sob a bandeira da Frente Patriótica de Libertação Nacional lutarão unidos para destruir o fascismo unidos para construir a democracia.

Janeiro de 1964  
A CONFERÊNCIA DA FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

## ULTIMA HORA

# Onda de protestos no Presídio de Peniche

LISBOA (Do correspondente) — A opinião pública portuguesa vem acompanhando com incontinente emoção o movimento de protestos desencadeado em circunstâncias particularmente dramáticas pelos 110 presos políticos encarcerados na Fortaleza de Peniche.

Em princípios de Dezembro, após longos meses de insistentes esforços para a solução dos graves problemas da sua vida prisional (visitas, regime alimentar, correspondência, recreios, etc.) os patriotas ali mantidos pela PIDE decidiram recorrer a uma campanha de protestos, uma vez que as suas reivindicações eram sistematicamente desprezadas e as violências dos carcereiros vinham aumentando de modo alarmante. A

assinalar o 60.º dia sem visitas, todos os presos se recusaram a almoçar. Reagindo, as autoridades fascistas suprimiram-lhes o recreio e passaram a adotar no presídio um regime de rigorosa incomunicabilidade, na esperança de debelarem assim mais facilmente o movimento. Aconteceu, porém, o contrário. As ameaças e violências da Guarda Nacional Republicana (chamada como reforço) responderam os presos com novos protestos, desta vez acompanhados de uma gritaria ininterrupta cujo eco atravessou as paredes espessas do presídio, comovendo e indignando a população de Peniche.

Completamente desorientada e não sabendo como agir, a PIDE, vendo que a primeira refeição era recusada, tentou suprimir o jantar. O expediente conduziu a novo malogro, pois os presos durante horas vieram para as grades das respectivas celas gritando QUEREMOS COMIDA, em altos brados.

De Norte a Sul, Portugal acompanha com alvoroço a evolução do dramático movimento que se desenrola no interior da sinistra Fortaleza. Sabe-se que entre os presos punidos e brutalizados pela PIDE figuram, entre outros, Octávio Pato, José Carlos e Joaquim Dlogo Velez. Segundo as últimas notícias, as autoridades continuam a agir do modo mais desconexo, derrotadas pela unidade magnífica do movimento. Numa das últimas semanas, por exemplo, todos os presos se recusaram a receber visitas, e com frequência recorrem à greve da fome.

A população inteira está profundamente impressionada com o heroísmo desse punhado de patriotas e com a firmeza do movimento. Uma das formas de colaboração nessa luta de que vêm lançando mão numerosos democratas é a elaboração de listas de assinaturas a enviar as autoridades, pedindo que terminem as arbitrariedades e perseguições em Peniche e que seja fornecida aos presos uma alimentação decente. Pensa-se, porém, nos meios responsáveis da oposição que só uma campanha de protesto desencadeada ao nível internacional poderá levar o fascismo a recuar atenuando o regime de terror reinante em Peniche.



Prof. Ruy Luis Gomes, dirigente da Frente Patriótica de Libertação Nacional

mento e generalização da violência repressiva e do terrorismo policial, pelo agravamento da crise económica com particular incidência na vida de vastos setores da população, pelo crescente enfundamento da economia nacional aos interesses estrangeiros, por concessões negociadas em contrapartida de investimentos e empréstimos que põem em perigo a própria independência nacional e que revestem mesmo, o grave aspecto da utilização do território português, por forças militares de outros países. E, no plano externo, pela criação de um estado de guerra de fato e de ocupação militar nos territórios coloniais portugueses de África, pela expulsão de Portugal de importantes organismos de cooperação internacional, pela condenação e pelo isolamento internacionais do regime que sacrifica a sua política reacionária, fascista e colonialista, o bom nome e os superiores interesses de Portugal.

A Conferência considerou que é incontestavelmente justo afirmar que o ditador e as forças reacionárias que o apolam não abandonarão o poder espontaneamente, voluntariamente. O fascismo só compreende a linguagem da força. Os participantes na Conferência reafirmam a decisão de varrer o poder fascista da terra portuguesa e de condu-

## Da. Maria Iva Delgado

Numa demonstração típica dos seus métodos, a PIDE interveio recentemente junto do Governo Civil de Lisboa, impedindo que a repartição competente concedesse passaporte a D. Iva Delgado, esposa do general Humberto Delgado, quando aquela senhora pretendia ir reunir-se a seu marido.

# Portugueses!

Ao concluírem os trabalhos da II Conferência das Forças Anti-fascistas Portuguesas, os representantes das forças e setores da Oposição democrática, delegados do interior e do exterior, da Frente Patriótica de Libertação Nacional, saudam todos os democratas portugueses, saudam o Povo Português.

É chegado o momento de cerrar fileiras, de reforçar e desenvolver as organizações existentes, de desenvolver a organização da Frente, de intensificar a luta anti-fascista em todos os terrenos e sob todos os aspectos, associando a ofensiva à defensiva e o ataque à resistência.

Atacar a "ordem fascista" é lutar pelas liberdades políticas e pelas novas estruturas que constituam a própria base política, económica e social de um Portugal democrático.

Atacar a "ordem fascista" é lutar diariamente, corajosamente, pelo pão e pela liberdade.

Atacar a "ordem fascista" é lutar pelos sindicatos livres, é lutar nas escolas por associações livres.

Atacar a "ordem fascista" é lutar pela libertação dos presos políticos e reagir à violência repressiva.

Atacar a "ordem fascista" é preparar assim, com espírito de responsabilidade, mas com determinação e audácia, o levantamento nacional armado.

A situação do país é extremamente grave. A política colonialista do governo fascista foi condenada pela opinião internacional. Os compromissos contraídos pelo governo fascista para fazer a guerra contra os povos coloniais põem em risco a independência nacional e o próprio futuro do país.

Chegou o momento de escolher. Ninguém pode ficar neutral. Ninguém pode mostrar-se indiferente. É preciso escolher entre a passividade e a ação, entre o medo e a coragem, entre a tirania e a liberdade, entre a guerra e a paz, entre o regime fascista que conduz Portugal ao desprestígio e à ruína, e a Democracia, que restabelecerá a convivência cívica e abrirá, na liberdade e para a liberdade, a estrada do progresso e do desenvolvimento económico. Portugueses!

Chegou a hora de todos os anti-fascistas, de todos os patriotas, darem a sua adesão ou a sua cooperação à Frente Patriótica de Libertação Nacional.

A resistência nacional ao fascismo tem sido persistente e heróica. É preciso passar dum heroísmo a um heroísmo combativo libertador.

Unidos para destruir o regime fascista!

Unidos para construir a Democracia!

Portugueses!

Caminheemos em fileiras cerradas, numa cooperação leal, conscientes de que a unidade é uma condição da vitória.

Unidos venceremos. Unidos libertaremos a Pátria do terror, da miséria, da opressão fascista.

Unidos defenderemos Portugal da ruína, do desprestígio, do isolamento.

Unidos salvaremos a nossa juventude dum guerra injusta, cara e condenada.

Unidos salvaremos a Pátria.

Reconquistemos o direito de sermos homens livres, num Portugal livre!

Viva Portugal! Viva a Democracia!

Janeiro de 1964

A Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional.

PORTUGAL, DEMOCRÁTICO  
Furtado, 191. C.P. 4469 — SP. Brasil  
Endereços de Assinantes